

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 021/2025
Pregão nº 006/2025
Processo nº 02024-8ZJ1M
ID Cidades/ES nº 2025.500E0100013.02.0004

O **INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.273.416/0001-71, com sede na **Rua Afonso Sarlo, 160 – Bairro Bento Ferreira – Vitória/ES**, representada legalmente pelo seu **Diretor Geral – Alessandro Broedel Torezani**, nomeado(a) pelo Decreto/Portaria nº 267-S, de 10 de Fevereiro de 2025, publicada no DIO em 11 de Fevereiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 5066425, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO – LUMINÁRIAS E TOMADAS INTERRUPTORES**, sob nº 006/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa **MORK TELECOM PRODUTOS E SERVIÇOS PARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA – CNPJ: 13.460.002/0001-05**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços e regido pela nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO – LUMINÁRIAS E TOMADAS INTERRUPTORES**, especificado no Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 006/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	MORK TELECOM PRODUTOS E SERVIÇOS PARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA – CNPJ: 13.460.002/0001-05 Rua Presidente Faria, 629, sala 01 - Colina Faria- Colombo/PR - CEP: 83.411-050 E-mail: licitacao@mork.com.br Representante Legal: Maria Izabel Tulio de Almeida							
LOTE 06	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total
1	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1"	DECORLUX	PC0124	UNIDADE	510	-	5,00	2.550,00

2	PRENSA CABOS DE NYLON DE 3/4"	DECORLUX	PC3414	UNIDADE	510	-	3,00	1.530,00
3	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1/2"	DECORLUX	PC1214	UNIDADE	510	-	2,00	1.020,00
Total								5.100,00

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo I a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Incaper – Instituto Capixaba de Pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: O quantitativo está no Anexo I desta ARP.

3.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 4.1.1. identificação da ARP de interesse;
- 4.1.2. indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 4.1.3. endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 4.1.4. dados de contato do requerente;
- 4.1.5. assinatura e identificação do subscritor; e
- 4.1.6. outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Dos limites para as adesões

4.5. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.6. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.1 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.1.2. O contrato (se couber) decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá estar vigente no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do

adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8.1. Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.8 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital de preferência via Edocs e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes

ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

7.2.1. o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;

7.2.2. a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;

7.2.3. seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

7.3. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.4. Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.

7.5. Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:

7.5.1. efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e

7.5.2. cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.

7.6. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.

7.7. Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores

integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.

7.8. Excepcionalmente, na hipótese do item 7.6, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.

7.9. O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.

7.9.1. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.

8.2. O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseje.

8.3. O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.

8.4. O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.

8.5. Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.

8.6. Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:

9.1.1. descumprir as condições da ARP;

9.1.2. não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo

estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

9.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.

9.2. Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.3. O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.

9.4. Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:

9.4.1. por razões de interesse público; ou

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e

demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

12.2 Proteção de dados, coleta e tratamento. Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.2.1 Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

12.2.2 Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

12.2.2.1 Notificar imediatamente a CONTRATANTE;

12.2.2.2 Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

12.2.2.3 Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

12.2.3 Necessidade. As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

12.2.4 As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

12.2.5 A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

12.2.6 Proteção de dados e incidentes de segurança. Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.2.7 A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

12.2.8 As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

12.2.9 Transferência internacional. É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

12.2.10 Responsabilidade. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

12.2.11 Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

12.2.12 A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

12.2.13 A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

12.2.14 Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

12.2.15 Eliminação. Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

13. DO FORO

Rua Afonso Sarlo, nº 160 – Bairro Bento Ferreira – Vitória/ES – Tel: 27-3636-9873
Email: pregao@incaper.es.gov.br / CNPJ: 27.273.416/0001-30

13.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2. Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Assessoria Jurídica do Incaper, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).

Vitória/ES, 18 de agosto de 2025.

INCAPER
Alessandro Broedel Torezani
CPF: 031.***.***-42

MORK TELECOM PROD. E
SERV. PARA TELEC. LTDA
Maria Izabel Tulio de Almeida
CPF: 672.***.***-15

Anexo I da Ata de Registro de Preços

GRUPO 06						
ITEM	CÓD. SIADES	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	486547	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1"	UNIDADE	510	R\$ 5,00	R\$ 2.550,00
2	366516	PRENSA CABOS DE NYLON DE 3/4"	UNIDADE	510	R\$ 3,00	R\$ 1.530,00
3	365428	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1/2"	UNIDADE	510	R\$ 2,00	R\$ 1.020,00

- **Órgãos partícipes da ARP:**
- HESVV - Avenida Anesio José Simões, 76 – São Torquarto – Vila Velha/ES – Cep: 29114-350
- HINSG - Alameda Mari Ubirajara, 205 – Santa Lúcia - Vitória/ES – Cep: 29056-030
- HJSN - Rua Dr. Lopes Nalle, 319 – Centro – Baixo Guandu/ES – Cep: 29730-000
- IASES – Avenida Jerônimo Monteiro, 96 – Centro – Vitória – CEP: 29010.002
- JUCEES - Av. Nossa Sra. da Penha, 1915 - Santa Lúcia, CEP: 29.056-933 - Vitória / ES
- PPES - Av. Vitória, 2045 – Jucutuquara – Vitória/ES – Cep: 29041-230



Item	Unid	Descrição	Lote	CAPAAC	ESESP	HDRC	HESVV	HINSQ	HJSN	HRAS	HSJC	IASES	INCAPER
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado
1	UNIDA DE	REFLETOR DE LED RESISTENTE A CHUVA E SOL; A PROVA D'AGUA; TENSÃO: BIVOLT; POTENCIA: 200W; PROTECAO:	LT 001	0	5	30	100	0	20	25	0	200	100
Total				0	5	30	100	0	20	25	0	200	100
2	UNIDA DE	REFLETOR DE LED; TENSÃO: BIVOLT; POTENCIA: 100W; PROTECAO: IP66; TEMPERATURA DA COR: ACIMA DE 6000K	LT 001	2	5	10	100	0	20	15	0	500	100
Total				2	5	10	100	0	20	15	0	500	100
1	UNIDA DE	LUMINARIA PARA 2 LAMPADAS DE 16W (T8); INSTALACAO TIPO SOBREPOR; PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES TUB	LT 002	0	10	0	40	10	15	50	0	100	50
Total				0	10	0	40	10	15	50	0	100	50
2	UNIDA DE	CALHA LUMINARIA; MODELO: SOBREPOR; MATERIAL: CORPO EM CHAPA DE ACO, REFLETOR E ALETAS PARABOLICAS EM	LT 002	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50
Total				0	0	0	0	0	0	0	0	0	50
1	UNIDA DE	PLUG FEMEA 03 PINOS NOVO PADRAO; 2P+T, 20 A; 250V;	LT 003	7	10	50	100	30	15	30	25	200	40
Total				7	10	50	100	30	15	30	25	200	40
2	UNIDA DE	PLUG FEMEA 03 PINOS NOVO PADRAO; 2P+T, 10 A; 250V;	LT 003	7	10	50	100	30	15	100	50	200	50
Total				7	10	50	100	30	15	100	50	200	50



Item	Unid	Descrição	Lote	CAPAAC	ESESP	HDRC	HESVV	HINSG	HJUN	HRAS	HSJC	IASES	INCAPER
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado
3	UNIDA DE	PLUGUE 2P+T MACHO 20A/250V PARA EXTENSAO: PLUG MACHO DE 3 PINOS PARA EXTENSAO ELETRICA (TOMADA MACHO	LT 003	7	10	20	100	0	10	50	25	200	40
Total				7	10	20	100	0	10	50	25	200	40
4	UNIDA DE	PLUGUE 2P+T MACHO 10A/250V PARA EXTENSAO: PLUG MACHO DE 3 PINOS PARA EXTENSAO ELETRICA (TOMADA MACHO	LT 003	7	10	20	100	0	10	150	50	100	50
Total				7	10	20	100	0	10	150	50	100	50
5	UNIDA DE	BOCAL; MODELO; PLAFON PVC BRANCO; MATERIAL: SOQUETE DE PORCELANA E27; CARACTERISCA: CONTATO DE BRONZ	LT 003	0	5	20	50	20	20	20	50	100	100
Total				0	5	20	50	20	20	20	50	100	100
6	UNIDA DE	TOMADA 2P + T; DE EMBUTIR 4X2 DE 10A; COM PLACA BRANCA; NBR 14136; UNIDADE DE FORNECIMENTO UNIDADE.	LT 003	0	0	30	100	0	0	0	50	200	100
Total				0	0	30	100	0	0	0	50	200	100
7	UNIDA DE	CONJUNTO TOMADA; FIXA; TOMADA 2P+T; COR: BRANCA; CORRENTE: 20A; TENSÃO: 110/250V, COM PLACA 4"X2; UN	LT 003	0	0	30	100	30	20	0	0	200	70
Total				0	0	30	100	30	20	0	0	200	70
8	UNIDA DE	TOMADA ELETRICA PREDIAL; DUPLA (2 TOMADAS); 4X2"; MATERIAL CORPO: TERMOPLASTICO; ACABAMENTO TOMADA:	LT 003	0	0	30	100	0	20	0	50	100	80
Total				0	0	30	100	0	20	0	50	100	80
9	UNIDA DE	INTERRUPTOR DE UMA SECAO, DE EMBUTIR, COM PLACA BRANCO; UNIDADE DE FORNECIMENTO UNIDADE.	LT 003	0	0	30	100	0	10	0	50	200	50
Total				0	0	30	100	0	10	0	50	200	50



Item	Unid	Descrição	Lote	CAPAAC Solicitado	ESESP Solicitado	HDRC Solicitado	HESVV Solicitado	HINSG Solicitado	HJSN Solicitado	HRAS Solicitado	HSJC Solicitado	IASES Solicitado	INCAPER Solicitado
10	UNIDA DE	INTERRUPTOR COM 3 TECLAS PARALELA COM PLACA 2X4 CM	LT 003	0	0	20	100	0	50	0	50	300	40
Total				0	0	20	100	0	50	0	50	300	40
1	UNIDA DE	SOQUETE G13, DE PRESSÃO, PARA LÂMPADA FLUORESCENTE T8 - PLÁSTICO	LT 004	0	0	0	50	0	30	100	0	500	200
Total				0	0	0	50	0	30	100	0	500	200
1	UNIDA DE	TRILHO DIN: PARA FIXAÇÃO DE DISJUNTORES; MATERIAL: AÇO GALVANIZADO PERFURADO; DIMENSÕES 35 X 7,5 X 1	LT 005	0	0	0	40	0	10	10	0	20	20
Total				0	0	0	40	0	10	10	0	20	20
1	UNIDA DE	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1"	LT 006	0	0	0	100	20	30	0	0	200	10
Total				0	0	0	100	20	30	0	0	200	10
2	UNIDA DE	PRENSA CABOS DE NYLON DE 3/4"	LT 006	0	0	0	100	20	30	0	0	200	10
Total				0	0	0	100	20	30	0	0	200	10
3	UNIDA DE	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1/2"	LT 006	0	0	0	100	20	30	0	0	200	10
Total				0	0	0	100	20	30	0	0	200	10
1	UNIDA DE	HASTE REDONDA DE ATERRAMENTO TIPO COPPERWELD DE 5/8" COM REVESTIMENTO EM COBRE E COM CONECTOR DE 2,4	LT 007	0	0	0	50	4	10	0	0	30	30
Total				0	0	0	50	4	10	0	0	30	30



Item	Unid	Descrição	Lote	CAPAAC	ESESP	HDRC	HESVV	HINSG	HJSN	HRAS	HSJC	IASES	INCAPER
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado
2	UNIDA DE	GRAMPO METALICO TIPO OLHAL PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 5/8", CONDUTOR DE 10" A 50 MM2.	LT 007	0	0	0	50	10	10	0	0	10	35
Total				0	0	0	50	10	10	0	0	10	35

Item	Unid	Descrição	Lote	IPAJM	JUCEES	PPES	SEDU	SETADES	SRSV	UUM	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
1	UNIDA DE	REFLETOR DE LED RESISTENTE A CHUVA E SOL; A PROVA D'AGUA; TENSÃO: BIVOLT; POTÊNCIA: 200W; PROTEÇÃO:	LT 001	0	30	50	30	0	25	5	620
Total				0	30	50	30	0	25	5	620
2	UNIDA DE	REFLETOR DE LED; TENSÃO: BIVOLT; POTÊNCIA: 100W; PROTEÇÃO: IP66; TEMPERATURA DA COR: ACIMA DE 6000K	LT 001	0	30	50	60	0	25	8	925
Total				0	30	50	60	0	25	8	925
1	UNIDA DE	LUMINARIA PARA 2 LAMPADAS DE 16W (T8); INSTALAÇÃO TIPO SOBREPOR, PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES TUB	LT 002	0	50	50	0	0	0	10	385
Total				0	50	50	0	0	0	10	385
2	UNIDA DE	CALHA LUMINARIA; MODELO: SOBREPOR; MATERIAL: CORPO EM CHAPA DE AÇO, REFLETOR E ALETAS PARABOLICAS EM	LT 002	0	0	50	0	0	0	0	100
Total				0	0	50	0	0	0	0	100
1	UNIDA DE	PLUG FEMEA 03 PINOS NOVO PADRAO; 2P+T, 20 A; 250V;	LT 003	50	50	100	200	30	0	20	957
Total				50	50	100	200	30	0	20	957



Item	Unid	Descrição	Lote	IPAJM	JUCEES	PPES	SEDU	SETADES	SRSV	UIJM	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
2	UNIDA DE	PLUG FEMEA 03 PINOS NOVO PADRAO; 2P+T, 10 A; 250V;	LT 003	50	50	50	200	30	0	50	1042
Total				50	50	50	200	30	0	50	1042
3	UNIDA DE	PLUGUE 2P+T MACHO 20A/250V PARA EXTENSAO: PLUG MACHO DE 3 PINOS PARA EXTENSAO ELETRICA (TOMADA MACHO	LT 003	50	50	100	100	0	0	20	782
Total				50	50	100	100	0	0	20	782
4	UNIDA DE	PLUGUE 2P+T MACHO 10A/250V PARA EXTENSAO: PLUG MACHO DE 3 PINOS PARA EXTENSAO ELETRICA (TOMADA MACHO	LT 003	50	50	50	100	0	0	50	797
Total				50	50	50	100	0	0	50	797
5	UNIDA DE	BOCAL; MODELO: PLAFON PVC BRANCO; MATERIAL: SOQUETE DE PORCELANA E27; CARACTERISCA: CONTATO DE BRONZ	LT 003	0	50	50	50	0	0	10	545
Total				0	50	50	50	0	0	10	545
6	UNIDA DE	TOMADA 2P + T; DE EMBUTIR 4X2 DE 10A; COM PLACA BRANCA; NBR 14136; UNIDADE DE FORNECIMENTO :UNIDADE.	LT 003	30	50	50	80	0	50	0	740
Total				30	50	50	80	0	50	0	740
7	UNIDA DE	CONJUNTO TOMADA; FIXA; TOMADA 2P+T; COR: BRANCA; CORRENTE: 20A; TENSÃO: 110/250V, COM PLACA 4"X2; UN	LT 003	30	50	100	100	0	0	20	750
Total				30	50	100	100	0	0	20	750
8	UNIDA DE	TOMADA ELETRICA PREDIAL; DUPLA (2 TOMADAS); 4X2"; MATERIAL CORPO: TERMOPLASTICO; ACABAMENTO TOMADA:	LT 003	20	50	80	50	0	50	20	650
Total				20	50	80	50	0	50	20	650



Item	Unid	Descrição	Lote	IPAJM	JUCEES	PPES	SEDU	SETADES	SRSV	UIJM	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
9	UNIDA DE	INTERRUPTOR DE UMA SECAO, DE EMBUTIR, COM PLACA BRANCO; UNIDADE DE FORNECIMENTO :UNIDADE.	LT 003	0	0	50	50	0	50	20	610
Total				0	0	50	50	0	50	20	610
10	UNIDA DE	INTERRUPTOR COM 3 TECLAS PARALELA COM PLACA 2X4 CM	LT 003	0	0	50	30	0	0	5	645
Total				0	0	50	30	0	0	5	645
1	UNIDA DE	SOQUETE G13, DE PRESSÃO, PARA LÂMPADA FLUORESCENTE T8 - PLÁSTICO	LT 004	100	0	50	200	0	0	100	1330
Total				100	0	50	200	0	0	100	1330
1	UNIDA DE	TRILHO DIN: PARA FIXACAO DE DISJUNTORES; MATERIAL: AÇO GALVANIZADO PERFURADO; DIMENSOES 35 X 7,5 X 1	LT 005	0	0	50	0	0	0	0	150
Total				0	0	50	0	0	0	0	150
1	UNIDA DE	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1"	LT 006	0	100	50	0	0	0	0	510
Total				0	100	50	0	0	0	0	510
2	UNIDA DE	PRENSA CABOS DE NYLON DE 3/4"	LT 006	0	100	50	0	0	0	0	510
Total				0	100	50	0	0	0	0	510
3	UNIDA DE	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1/2"	LT 006	0	100	50	0	0	0	0	510
Total				0	100	50	0	0	0	0	510

Item	Unid	Descrição	Lote	IPAJM	JUCEES	PPES	SEDU	SETADES	SRSV	UIJM	Total
				Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	Solicitado	
1	UNIDA DE	HASTE REDONDA DE ATERRAMENTO TIPO COPPERWELD DE 5/8" COM REVESTIMENTO EM COBRE E COM CONECTOR DE 2,4	LT 007	0	0	50	0	0	0	0	174
Total				0	0	50	0	0	0	0	174
2	UNIDA DE	GRAMPO METALICO TIPO OLHAL PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE 5/8", CONDUTOR DE *10" A 50 MM2.	LT 007	0	0	50	0	0	0	0	165
Total				0	0	50	0	0	0	0	165

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

- ☐ Razão Social: MORK TELECOM PRODUTOS E SERVICOS PARA TELECOMUNICACOES LTDA
- ☐ CNPJ/MF: 13.460.002/0001-05
- ☐ Inscrição Estadual: 90756079-19
- ☐ Inscrição Municipal: 54028071
- ☐ Endereço: Rua Presidente Faria, 629, sala 01
- ☐ CEP: 83.411-050 Bairro: Colônia Faria
- ☐ Cidade: Colombo UF: PR
- ☐ Telefone: (41) 3666-6336
- ☐ Banco: Brasil- AGÊNCIA: 1622-5 – CONTA CORRENTE: 23990-9
- ☐ E-mail: licitacao@mork.com.br

☐ DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA

- ☐ Nome: Maria Izabel Tulio de Almeida
- ☐ CPF/MF: 672.328.849-15
- ☐ RG nº: 772556-6 Expedido por: SSP/PR
- ☐ Data de nascimento: 29/12/1945
- ☐ Endereço: Rua Presidente Faria, 654
- ☐ CEP: 83.411-050 Colombo UF: PR
- ☐ Cargo/Função: Sócia Administradora
- ☐ Naturalidade: Canoinhas- SC- Nacionalidade: Brasileiro
- ☐ E-mail para envio do contrato: licitacao@mork.com.br

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
INCAPER

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2025
UASG INCAPER: 925718
ID Contratação TC/ES 2025.500E0100013.02.0004

ANEXO II A - PROPOSTA FINAL



OBJETO: Aquisição de materiais para serviços de manutenção e montagem de instalações elétricas prediais de baixa tensão em unidades do Incaper no estado. A aquisição do objeto ocorrerá nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no presente instrumento de contratação.

Lote	Item	Descrição do Produto	Und	Quant.	Valor Unitário Proposta R\$	Valor Total Proposta R\$	Marca	Modelo
4	1	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1"	UND	510	5,00	2.550,00	DECORLUX	PC0124
	2	PRENSA CABOS DE NYLON DE 3/4"	UND	510	3,00	1.530,00	DECORLUX	PC3414
	3	PRENSA CABOS DE NYLON DE 1/2	UND	510	2,00	1.020,00	DECORLUX	PC1214
						5.100,00		

Valor Global Total: R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais)

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

1.1 - Proposta Comercial Detalhada, com a indicação do preço unitário de cada item e do preço global.

1.2 - Documentos exigidos para Habilitação (conforme Anexo III do Edital).

1.3 - Dados Complementares para Assinatura do Contrato.

2 - O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento da mesma.

3 - Por ser ARP a proposta apresentada deverá ter validade de 01 (um) ano.

4 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos itens.

Atenciosamente,

Colombo - PR, 25 de junho de 2025.



MORK TELECOM – Produtos e Serviços para Telecomunicações Ltda
CNPJ: 13.460.002/0001-05- Inscrição Estadual: 90756079-19
Maria Izabel Tulio de Almeida
Responsável Legal
CPF: 672.328.849-15
RG: 772.556-6

13.460.002.0001/05
MORK TELECOM - PRODUTOS E SERVIÇOS
PARA TELECOMUNICAÇÕES LTDA-ME
RUA PRESIDENTE FARIA, 629
COLÔNIA FARIA - CEP: 83411-050
COLOMBO - PR

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ALESSANDRO BROEDEL TOREZANI

DIRETOR GERAL

INCAPER - INCAPER - GOVES

assinado em 25/08/2025 12:44:56 -03:00

MARIA IZABEL TULIO DE ALMEIDA

CIDADÃO

assinado em 26/08/2025 10:06:13 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/08/2025 10:06:13 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por WALESKA DOS SANTOS SOUZA (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - CSUPRI - INCAPER - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-MPBV97>